



Ofício Circular nº 260/2025/CGJCE

Fortaleza, data da assinatura digital.

Aos(Às) Senhores(as) Magistrados(as) com competência na seara da Infância e Juventude.

Processo nº 8500027-92.2022.8.06.0026

Assunto: Da expedição da Recomendação nº 01/2025/CGJCE, que trata da estrita observância das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, alusivas ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Senhores(as) Juízes(as),

Considerando ser missão institucional desta Corregedoria-Geral da Justiça a busca incessante pelo aprimoramento dos procedimentos, venho, com os cordiais cumprimentos de estilo, cientificá-los(as) acerca da expedição da **Recomendação nº 01/2025/CGJCE** (cópia anexa), publicada no DJeA de 30/05/2025, que recomenda aos juízos com atuação em matéria da Infância e Juventude a estrita observância das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, alusivas ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

Atenciosamente,

Desembargadora Maria Edna Martins
Corregedora-Geral da Justiça

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

RECOMENDAÇÃO 00001/2025

Disponibilização: 30/05/2025 às 16h49m

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2025/CGJCE

Recomenda aos juízos com atuação em matéria da Infância e Juventude a estrita observância das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça, alusivas ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

A DESEMBARGADORA MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e dá outras providências;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 289/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 14 de agosto de 2019, que trata sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no Provimento nº 10/2021/CGJCE, de 30 de abril de 2021, que dispõe sobre a implantação e funcionamento do SNA nas Comarcas e Varas com jurisdição em matéria de Direito da Infância e da Juventude no Estado do Ceará;

CONSIDERANDO o teor dos arts. 68 a 74 do Provimento nº 165/2024 do Conselho Nacional de Justiça, de 16 de abril de 2024, que dispõe sobre as audiências concentradas nas Varas com competência na área da Infância e Juventude;

CONSIDERANDO as recomendações emanadas do Conselho Nacional de Justiça quanto ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e a matérias afetas à Infância e Juventude, constantes do Acórdão de Inspeção nº 0009353-59.2021.2.00.0000;

CONSIDERANDO o papel desta Corregedoria-Geral da Justiça na uniformização dos procedimentos a serem adotados no âmbito das unidades judiciárias do Estado do Ceará, visando à otimização da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO os termos da Decisão de fls. 387/390 dos autos do Processo Administrativo nº 8500027-92.2022.8.06.0026;

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar a juízes e juízas que exercem jurisdição na seara da Infância e Juventude a estrita observância das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alusivas ao Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e matérias afetas à competência, nos termos do presente normativo.

Art. 2º Os juízos com competência na matéria deverão proceder à reavaliação da medida de acolhimento institucional ou familiar das crianças/adolescentes que se encontrem em situação “não reavaliadas” nos últimos 3 (três) meses, conforme art. 19, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e as diretrizes dispostas nos arts. 68 a 74 do Provimento nº 165/2024 do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os dados de reavaliação de acolhimento inseridos no SNA serão monitorados trimestralmente pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (CEJAI), administradora estadual do SNA, oficiando-se aos juízos faltantes ou irregulares.

§ 2º Na hipótese do juízo faltante ou irregular permanecer silente frente à comunicação da CEJAI, esta deverá informar à Corregedoria-Geral da Justiça para as providências devidas.

Art. 3º Os juízos competentes deverão verificar e empreender diligências para que as habilitações à adoção, as ações com pedido de destituição do poder familiar e as ações de adoção não excedam os prazos estipulados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Parágrafo único. Havendo alerta de excesso de prazo no SNA e não sendo possível a solução imediata do problema, deverá o juízo lançar informação na referida plataforma, na aba ocorrência, justificando o excesso de prazo e informando em que fase o processo se encontra trimestralmente.

Art. 4º Caberá às unidades judiciárias competentes:

- I** - proceder ao cadastro junto ao SNA de todas as ações de habilitação à adoção, ações com pedido de destituição do poder familiar, adoção e/ou de guarda para pessoas que não detêm o poder familiar, logo após o recebimento da ação;
 - II** - utilizar, na aba cadastro de dados dos processos no SNA, a opção correspondente à natureza da ação no sistema processual, visando à correta alimentação das estatísticas nacionais;
 - III** - identificar e sinalizar as crianças/adolescentes aptas à adoção, cujos genitores sejam falecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar, bem como aquelas entregues voluntariamente ou com decisão judicial que estabeleça a imediata aptidão para adoção, ainda que não transitada em julgado, a fim de que o SNA inicie a busca por uma família substituta. Eventual justificativa para indicação de “não apto” deverá ser objeto de registro na aba ocorrências de cada criança/adolescente;
 - IV** - disponibilizar as crianças/adolescentes com sentença transitada em julgado para adoção internacional, logo que seja identificada a inexistência de pretendentes nacionais no SNA;
 - V** - analisar a viabilidade de inclusão de crianças/adolescentes aptos à adoção na busca ativa, sempre que estiverem esgotadas as possibilidades nas buscas nacionais e internacionais e,
 - VI** - empreender diligências para o julgamento imediato de todos os processos de adoção, logo após serem julgadas as ações de destituição do poder familiar ou de entrega voluntária.
- Art. 5º** Os processos de habilitação de pretendentes deverão ser concluídos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante decisão fundamentada, conforme dispõe o artigo 197-F do ECA.

§ 1º Os cursos preparatórios de habilitação deverão ser realizados por equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude ou pela equipe da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional.

§ 2º Os cursos de habilitação deverão ocorrer com intervalo máximo de 03 (três) meses, podendo, no caso de baixa demanda, o juízo solicitar a inclusão de pretendentes em cursos de outras comarcas do Estado do Ceará, nas modalidades presencial ou *online*.

§ 3º Em caso de demora no procedimento por culpa exclusiva dos requerentes, visando ao cumprimento do prazo para conclusão do procedimento, o juízo poderá observar o que dispõe o art. 485, inciso III c/c § 1º do Código de Processo Civil, devendo os fatos serem registrados na aba ocorrência logo após o evento.

§ 4º Inexistindo equipe técnica, o juízo deverá verificar a possibilidade de nomeação de peritos para a realização de estudos técnicos e a celebração de termos de cooperação técnica com entes públicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar ou instituições de ensino superior.

Art. 6º Esta recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Corregedora-Geral da Justiça, 30 de maio de 2025.

Marlúcia de Araújo Bezerra

Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/131261> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

